AgInt no AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.339.074 - PB (2018/0194420-0)

RELATOR	**:**	**MINISTRO SÉRGIO KUKINA**
AGRAVANTE	:	ESTADO DA PARAÍBA
PROCURADOR	:	PABLO DAYAN TARGINO BRAGA E OUTRO(S) - PB012034
AGRAVADO	:	ERINALDO HENRIQUE DE OLIVEIRA
AGRAVADO	:	DAMIAO DE SOUSA LINS
AGRAVADO	:	LUIZ SOARES LOPES
AGRAVADO	:	LINDOMAR ALBUQUERQUE DO NASCIMENTO
AGRAVADO	:	MANOEL DE FREITAS
ADVOGADOS	:	ROGÉRIO SILVA OLIVEIRA E OUTRO(S) - PB010650
		SANCHA MARIA FORMIGA CAVALCANTE E RODOVALHO DE ALENCAR - PB013237
INTERES.	:	PARAÍBA PREVIDÊNCIA
ADVOGADOS	:	JOVELINO CAROLINO DELGADO NETO E OUTRO(S) - PB017281
		JULIENE JERONIMO VIEIRA TORRES - PB018204

EMENTA

TRIBUTÁRIO. PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. INTEMPESTIVIDADE. DECISÃO DE ADMISSIBILIDADE NO TRIBUNAL DE ORIGEM. PUBLICAÇÃO APÓS A VIGÊNCIA DO CPC/2015. COMPROVAÇÃO DE FERIADO LOCAL NO ATO DE INTERPOSIÇÃO DO RECURSO. NECESSIDADE DE DOCUMENTO IDÔNEO. JUNTADA POSTERIOR. IMPOSSIBILIDADE. JUÍZO DE ADMISSIBILIDADE BIFÁSICO.

1. É inviável a comprovação posterior de feriado local com o intuito de afastar a pecha de intempestividade de recurso especial já interposto na vigência do CPC/2015, pois a interpretação sistemática dos arts. 1.029, § 3º e 1.003, § 6º, do CPC/2015, impossibilita a mitigação ao conhecimento de recurso intempestivo. Assim, quando a parte recorrente não comprovar, no momento da interposição do apelo nobre, o feriado alegado, opera-se a preclusão consumativa, não havendo como afastar a intempestividade de tal recurso. Precedentes: **AgInt no AREsp 1.004.793/MS**, Rel. Ministro Gurgel de Faria, Primeira Turma, DJe 26/06/2017; **AgInt no AREsp 957.821/MS**, Rel. Ministro Raul Araújo, Rel. p/ Acórdão Ministra Nancy Andrighi, Corte Especial, DJe 19/12/2017.

2. Agravo interno não provido.

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos estes autos, acordam os Ministros da Primeira TURMA do Superior Tribunal de Justiça, por unanimidade, negar provimento ao agravo interno, nos termos do voto do Sr. Ministro Relator. Os Srs. Ministros Regina Helena Costa (Presidente), Gurgel de Faria, Napoleão Nunes Maia Filho e Benedito Gonçalves votaram com o Sr. Ministro Relator.

Brasília (DF), 19 de fevereiro de 2019(Data do Julgamento)

MINISTRO SÉRGIO KUKINA
Relator